

**DECRETO N.º 9.475, DE 12 DE JULHO DE 2019.**

**“Dispõe sobre a regulamentação do período de afastamento no Processo Eleitoral de Conselheiros Tutelares, e dá outras providências”.**

O Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VII do art. 72, da Lei Orgânica do Município - Lei Municipal nº 933/1990, e ainda, mediante relevante interesse público,

**Decreta:**

**Art. 1º** O servidor público, ocupante de cargo de provimento efetivo desta Administração Municipal, terá direito ao afastamento para concorrer ao pleito eletivo do Conselho Tutelar, a partir do dia 22 de julho de 2019, conforme Resolução nº 009/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, por licença, com remuneração de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, conforme preconiza o art. 150 do Estatuto do Servidor Público – Lei Municipal nº 1.069/91.

**Parágrafo único.** O caput deste artigo, não se aplica aos ocupantes de cargos de provimento em Comissão, Emprego Público e Servidores Temporários (ACT's).

**Art. 2º** O servidor deverá protocolar o pedido de licença em sua Secretaria de origem até o último dia útil ao prazo estabelecido no artigo anterior.

**Art. 3º** A Portaria de “Licença de descompatibilização”, ficará sobre a responsabilidade do Departamento Administrativo da Divisão de Gestão de Pessoas, que publicará em jornal de circulação municipal em até 03 (três) dias úteis após a data citada no art. 1º deste Decreto.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 12 de julho de 2019, 170º da Fundação, 54º da Emancipação.

**FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA**  
**Prefeito Municipal**